

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE  
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**RAFAEL LUIS BELONI LOURENÇO**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DA NEGAÇÃO À  
ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MEDIANEIRA**

**2020**

RAFAEL LUIS BELONI LOURENÇO



**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DA NEGAÇÃO À  
ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Fatima Menegazzo Nicodem.

MEDIANEIRA

2020



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DA NEGAÇÃO À ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR**

Por

**RAFAEL LUIS BELONI LOURENÇO**

Esta monografia foi apresentada às 18h30m do dia 18 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Foz do Iguaçu-PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O aluno foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Fatima Menegazzo Nicodem. UTFPR – Câmpus Medianeira  
Orientadora

Prof<sup>a</sup> Ma. Joice Maria Maltauro Juliano  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Membro da Banca

Prof. Adriano Hidalgo Fernandes  
Polo UAB Umuarama - UTFPR  
Membro da Banca

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma estiveram presentes em minha vida, em especial família, mas não descartando amigos e colegas de trabalho, médicos e enfermeiros entre outros profissionais que me mantiveram forte para chegar onde estou hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento em especial a Deus, minha família, mãe e tia em especial pois com eles pude caminhar mais seguro no caminho que me foi traçado.

*“Deus nos concede, a cada dia, uma página de vida nova no livro do tempo. Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta. ”*

(Francisco Cândido Xavier)

## RESUMO

LOURENÇO, Rafael Luis Beloni. **Educação Especial e Inclusão: da negação a aceitação da criança no Ensino regular**, 2020. 49 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho teve como temática o histórico da Educação Especial até chegar ao momento da Inclusão, como profissionais da educação, alunos e família vem lidando com isso do início da história da educação especial e inclusão até hoje, leis decretos e documentos que alimentam a Educação Especial desde o começo de tudo até os dias atuais. Da negação a aceitação da criança inclusa em sala de aula. O que nos falta para uma Educação especial mais afetiva e amorosa, finalizando com o que ainda nos falta para termos uma Inclusão de qualidade, que inclua da forma que deve incluir, onde os acontecimentos favoreçam tanto alunos quanto profissionais e também famílias, não sendo algo que se questione mais que nos esclareça as dúvidas e questionamentos.

**Palavras-chave:** Alunos. Família. Profissionais. Escola. Comunidade.

## ABSTRACT

LOURENÇO, Rafael Luis Beloni. **Special education and inclusion: from denial to acceptance of children in regular education**. 2020. 49 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This work had as its theme the history of Special Education until reaching the moment of Inclusion, as education professionals, students and family have been dealing with it from the beginning to the present day, laws decrees and documents that feed Special Education today . From denial the acceptance of the child included in the classroom. What we lack for a more affective and loving Special Education, ending with what we still lack to have a quality Inclusion, which includes the way it should include, where events favor both students and professionals and also families, not being something to ask more questions that clarify doubts and questions.

**Keywords:** Students. Family. Professionals. School. Community.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	14
<b>3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DA NEGAÇÃO À ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR</b> .....	18
3.1 BREVE HISTÓRICO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO .....	18
3.2 INCLUSÃO NA ESCOLA: DA NEGAÇÃO À ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR .....	25
3.3 ALGO SOBRE A LEGISLAÇÃO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA ESPECIAL NO ENSINO REGULAR .....	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1 INTRODUÇÃO

O tema é de grande importância, segundo WALERIUS, Karine; & BISSANI, Niloar, visto que desde os primórdios a pessoa com necessidades especiais tem sido vista com preconceito, discriminação e negação no sentido de não ser vista como igual, ou seja, diferente dos “ditos normais”.

Smith (2008) relata a origem da educação especial através do caso Itard e Vitor, fazendeiros encontram uma criança (Vitor) abandonado nas florestas do Sul da França, preocupados com o bem estar da mesma levam-na a um médico em Paris que era especializado no acompanhamento de crianças surdas, chamava-se Doutor Jean Marc Gaspard Itard, o mesmo hoje considerado o Pai da Educação Especial. Doutor Itard deu a criança o nome de Vitor e começou a estimulá-lo em várias situações entre elas estão: convivência em sociedade, ampliação da bagagem de conhecimento, estimular a fala, entre outros.

Conforme relata Smith (2008, pg 32), Doutor Itard conseguiu muitos resultados, mais ainda assim o menino manteve algumas dificuldades como falar por exemplo. Itard acreditava ter falhado em seu processo. O trabalho de Itard foi uma semente plantada que gerou vários frutos positivos para a Educação Especial já que a partir desse momento encontrasse a educação como proposta a deficiência.

Segundo Smith (2008, pg 32) em 1846 um aluno de Itard chamado Eduard Seguin levou essas ideias para os Estados Unidos, publicando o primeiro tratado de educação especial.

As atitudes a partir de tudo isso mudaram profissionais passaram a acreditar que esse público não deveria ser evitado mais sim que deveriam ser protegidos, cuidadas e educadas mesmo que esse processo parecesse exigir muito esforço e dedicação.

A partir desse tratado continentes como a Europa passam a dar continuidade nesse trabalho, citando a Itália em especial com Montessori e seu trabalho com crianças que apresentavam deficiência cognitiva. Montessori mostra que essas crianças estão aptas ao aprendizado através da experiência concretas em ambientes ricos e materiais manipuláveis.

Mas infelizmente, as dificuldades nesse processo levaram a vários profissionais a mudarem o pensamento interpretando a Educação Especial como algo indesejável,

muitos desses profissionais veem como assistencialismo e não de educação aos alunos com necessidades especiais.

Ao ser modalidade de ensino a Educação Especial tem sido vista como uma simples adaptação como de materiais ou de ambiente físico o que não está errado mais não é só isso.

Em 1994 na Conferência Mundial da Unesco, são plantadas sementes visto o descontentamento de vários profissionais ligados a educação, essa semente tinha como objetivo mostrar que a educação deveria ser mais humana, , dizendo não a diferenças, da mesma forma essas crianças deveriam fazer parte de escolas “normais”, para que isso aconteça essas escolas deveriam modificar seu funcionamento, para que ocorra a inclusão desses alunos. O ensino inclusivo hoje é a inclusão de todos independente da necessidade, deficiência, origem socioeconômica ou cultural.

ALVES, Fátima (2009, pg 29) nos diz que em relação as famílias podemos dizer que os pais na maioria das vezes não suspeitam da necessidade dos filhos até que essa necessidade na escola ou educação infantil se torne aparente, nesse momento a direção da instituição dá a notícia a eles, esse é um momento que a negação aparece e logo após a frustração, raiva, sentimento de culpa entre outros.

Nesse momento em que temos uma sociedade talvez influenciada pelas políticas nacionais, devemos refletir uma forma de entender com mais sensibilidade quando se pensa em pessoas com necessidades especiais. Já que essas são seres humanos como nós, que hoje vivem em sociedade e não mais estão segregados como na década de 50 até poucos anos atrás. Uma prova sobre a aceitação da sociedade é o fato de que anteriormente pessoas com necessidades especiais eram conhecidas como imbecil, abobado, retardado mental, essas palavras eram pejorativas e negativas. Hoje em dia dependendo de como você fala é chamado sua atenção até porque temos que ter o cuidado com o julgamento, coisa que antes não nos preocupávamos, hoje uma parte dos seres humanos tem a visão do outro de uma forma mais cuidadosa sendo assim temos uma sociedade que tem muito a melhorar, que já melhorou bastante.

Relatando um pouco sobre o autismo, podemos dizer que ele é muito mais antigo do que imaginamos isso porque sempre tivemos indivíduos com condutas estranhas, por várias razões, por esse motivo estaremos focando um pouco mais no Autismo de graus (leve, moderado e grave) para termos uma melhor compreensão do

que é autismo e do que pode ser considerado um comportamento de momento por alguma questão ocasionada naquele momento que leva o indivíduo a passar por aquela fase em que está passando, nem tudo pode ser autismo por tanto estaremos vendo a importância de uma avaliação bem feita para que sejamos assertivos já que como profissionais temos o intuito de ajudar e não prejudicar nosso alunado.

A criança a partir do momento que nasce vai se encontrar em dependência absoluta, precisará dos adultos para que possa desenvolver e por isso dizemos que como adultos somos reflexo e exemplo para os pequenos. Para garantir sua independência será necessário um fortalecimento em áreas como identidade e autonomia, compreendendo que ele é um ser humano mas que é diferente dos demais pois é único.

A importância de como profissionais termos amor pelo que fazemos nos leva a pensar na questão da carência afetiva, muitas vezes levando essa criança a insegurança, transtornos psicológicos entre outros. O professor é em alguns casos a principal referência para uma criança, crianças com necessidades especiais muitas vezes já chegam estigmatizadas ou pelos próprios pais e até mesmo pela própria sociedade. Se o professor seguir nessa mesma linha essa criança infelizmente não poderá dar certo, mas se esse mesmo professor assume a responsabilidade dando exatamente o que essa criança precisa naquele momento, ele se tornará a referência sendo assim nunca mais será esquecido.

A partir desse momento se procura discorrer da melhor forma possível tudo o que leva a uma inclusão de qualidade e o que exclui com facilidade fazendo com que várias crianças estejam hoje fora da escola por simples estigma, preconceito, entre outros.

Como objetivos deste trabalho tem-se o objetivo geral: Conhecer a Educação Especial desde seu início até o processo de Inclusão mudando a rotina de profissionais que criam estigmas e preconceitos ao mesmo tempo que se transformando num processo de amorosidade e de oportunidades determinando que alunos frequentem o ensino regular. E os seguintes objetivos específicos: -Pesquisar um pouco da história da Educação especial até a Inclusão. -Comparar as diferenças do trabalho de professores antes e depois da inclusão. -Investigar o início do processo de inclusão, como esses alunos foram recebidos inicialmente no ensino regular. - Diferenciar os momentos de negação e aceitação dessa criança incluída no ensino regular. -Visualizar a Inclusão como um processo de amorosidade e oportunidades.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Em vista do momento que estávamos vivendo, observando a indicação de estarmos mais em casa, tendo o mínimo possível de contato e cuidando da nossa saúde, observou-se naquele momento a necessidade de usarmos de uma metodologia que nos permita nos deslocarmos o mínimo possível, dessa forma utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica.

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo nos levar a solução de um problema através de referências publicadas, pensando e discutindo as muitas contribuições científicas. A pesquisa nos trouxe subsídios para que possamos entender melhor o que foi pesquisado. É importantíssimo que o pesquisador monte um plano no qual compreenda desde a definição do tema, passando pela elaboração do trabalho até definir como será divulgado.

Com base em Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é um trabalho de investigação em busca do conhecimento que vai fundamentar nossa pesquisa, justifica-se por dar uma grande importância ao início da redação dessa pesquisa.

Conforme Meadows (1999) era interessante observar a importância em se buscar o conhecimento. Relatava que o homem por ser curioso por si só é convidado a uma busca sem fim pelo conhecimento, esse construir é sem dúvida um processo social que se realizava com trabalho e esforço de todos juntos.

Assim, de acordo com Minayo e Sanches (1993), aquele conhecimento científico vai transcorrer como uma procura por junções entre teoria e realidade, o método é o que conduz, como função de articulação e fundamentação desses conhecimentos de maneira a oportunizar um caminhar lúcido de investigação.

Uma pesquisa científica era exercício intelectual na intenção de nos trazer respostas a atividades humanas, para que pudéssemos obter o entendimento e transformássemos a atividade que nos envolve. O significado disso é que realizaríamos esforços para investigarmos e conhecermos algo.

Em estarmos dispostos a buscar o que já foi escrito cientificamente sobre determinados assuntos, era que a pesquisa bibliográfica seria de uma enorme importância pois nos levaria ao aprendizado, descobertas que não tínhamos conhecimento seja qual a área nos interessasse. Para que isso acontecesse existiam várias possibilidades dentro da pesquisa bibliográfica, os quais trataremos a seguir.

Segundo Volpato (2000), antes que começássemos era recomendado que pudéssemos ter o nosso tema da pesquisa. Ter um título para que nos possibilitasse iniciar o levantamento bibliográfico expressando palavras ou termos que complementassem o conteúdo do trabalho não somente em português, mas em inglês que é a língua mais falada no mundo naquele momento.

Tendo o tema da pesquisa, a próxima ação era ir em busca do material para a pesquisa bibliográfica que deveria ser visto em três tipos diferentes de fontes de informação: primárias, secundárias e as fontes terciárias. São fontes primárias aquelas obras ou trabalhos originais publicados pela primeira vez como livros e artigos entre outros. São fontes secundárias, trabalhos que não são originais que advêm de materiais originais citando e revisando esses materiais, podem ser artigos de revisão bibliográficas ou até enciclopédias desde que tenham vindo através de trabalhos originais. As fontes terciárias eram trabalhos com fontes primárias e secundárias juntas no mesmo trabalho, podem ser as bases de dados bibliográficos por exemplo.

A busca pelos primeiros materiais para iniciarmos uma revisão de literatura aconteceria em listas de citações de trabalhos pertinentes ao tema escolhido ou próximas ao que pretendemos fazer, ideias e dicas vindas do orientador ainda de colegas e até mesmo congressos, revistas entre outros. Tudo era importante desde que próximo do tema o qual escolhêssemos.

Após termos escolhido as fontes que complementarão nosso trabalho, começava o processo de busca de informações. Naquele momento, inseriríamos as palavras-chave, autores e instituições mais conhecidos que estavam naquele momento tendo maior contato com o tema pesquisado; faríamos uso da base de dados bibliográficos começando do geral e partindo para o particular.

Assim que tivéssemos todo o material necessário, devia-se retirar as obras que poderiam ser similares a outras obras importantes; era necessário que pudéssemos ter contato através da leitura com títulos e resumos retirando referências e marcando aquelas referências que tinham mais prioridade ao nosso trabalho.

As novas tecnologias de informação e comunicação nos davam a oportunidade de pesquisar através de bases de dados que eram apoios de informação relacionados ao nosso trabalho, elas continham artigos e trabalhos científicos. Por isso naquele momento as pesquisas na internet e bases de dados eram comuns. Tinham 2 tipos de bases de dados sendo referenciais ou textuais. Referenciais vão nos mostrar

referencias de vários assuntos. Em geral mostram somente um resumo do artigo. São exemplos Pubmed, Lilacs, Medine.

Bases de dados textuais eram as que incluem informações de um referencial e davam a oportunidade de acessarmos imediatamente o texto integral do artigo.

Após escolha dessas fontes informacionais, iniciava-se o processo de coleta de informações. Sendo assim era necessário que o pesquisador determinasse as palavras-chave, buscando autores e instituições com mais conteúdos sobre o tema; usar bases de dados bibliográficos; iniciar do mais geral e ir ao particular ou do todo até as partes; começar do mais atual até o mais antigo; examinar citações.

Tendo todo o material selecionado, seriam eliminadas todas as duplicações, ou seja, obras similares que tem certo grau de igualdade com obras de outros autores: era preciso que pudéssemos ter contato com todas as obras eliminando obras menos relevantes e marcando o que era prioridade para leitura.

Para o acesso as bases de dados poderiam ser encontradas duas possibilidades:

**Livres** ofereciam a possibilidade de serem acessadas de qualquer computador em qualquer tipo de lugar ou **Restrito**, essa ultima só era possível se o pesquisador estivesse em um computador conectado de uma Universidade Pública ou computador privado que tivesse adquirido esse tipo de serviço.

A revisão de literatura era considerada um pré-requisito a toda pesquisa, já a pesquisa bibliográfica seria de fundamental importância antes do desenvolvimento de qualquer trabalho.

Segundo Lima; Miotto (2007), uma pesquisa bibliográfica não poderia de forma alguma ser aleatória, por isso a mesma fazia com que tivéssemos o cuidado de realizá-la atentos ao nosso objeto de estudo pois ela era um conjunto em ordem de procedimentos onde se buscava por soluções com foco ao objeto a ser naquele momento estudado.

Era de suma importância que o pesquisador pensasse em traçar um fio condutor que o permitiria encontrar as fontes, em especial manuseá-las com conhecimento para que se chegasse ao objetivo da pesquisa.

Seria importante que se usasse um vocabulário reconhecido pelas bases de dados as quais pesquisássemos, fazendo a utilização de buscas que combinem termos de pesquisa e bases de dados confiáveis.

Segundo Lima e Miotto (2007), a partir do momento que uma pesquisa bibliográfica era bem realizada ela poderia criar em especial nos temas pouco pesquisados, a interpretação que pode servir de início de outras pesquisas. De posse das sugestões apresentadas por meio daquele artigo e dos treinamentos oferecidos em bibliotecas especializadas, os pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e demais interessados estavam aptos a iniciar suas pesquisas pela busca do conhecimento.

Conforme Danforth e Rhodes (1997) apud Longmore (2002), não tínhamos uma resposta simples quando pensávamos no conceito de deficiência. Pensando na condição humana não podíamos considerar absoluto, nem conceito são compatíveis uns com os outros através das culturas. Essas definições relacionadas a deficiência iriam divergir pois crenças e atitudes entre nós seriam diferentes.

Não iriam variar apenas conceitos de deficiência, mas também, quando a deficiência prejudica um indivíduo a conviver em sociedade. Conceitos deixam claro que se a sociedade fosse organizada de outra forma o conceito não existiria.

### **3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DA NEGAÇÃO À ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR**

#### **3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO**

Conforme Smith (2008) Educação Especial teve seu início com Doutor Itard a mais de 200 anos 1799 para ser mais exato. A partir de 1800 após expansão das ideias de Itard para Europa com Montessori entre outros, observava-se mudanças de atitudes relacionadas a alunos com deficiência e seus familiares.

Segundo Smith (2008 pg 33) profissionais no fim do século XIX eram muito positivos sobre o valor individual de seus alunos, independente dos problemas de aprendizagem encontrados, foram preparados com seriedade no intuito de termos uma realidade que envolvesse todos os alunos

Smith (2008 pg 33) nos relata da preocupação com a função desses professores a primeira vez que houve um curso na área foi em 1905, em 1907 um curso de verão com duração de 6 semanas foi oferecido aos profissionais da área



Conforme Smith (2008 pg 33) esse olhar positivo não durou muito pois aulas em instituições públicas não eram comuns e aquelas escolas classificadas como residenciais se tornavam repressivas. Não haviam naquela época salas de aula suficientes ainda muitos desses alunos foram excluídos de escolas públicas por não estarem em cumprimento com o que era exigido. Essas crianças voltaram as comunidades e lá ganharam espaço, outras ficaram isoladas, segregadas muitas vezes em instituições.

Smith (2008 p. 33) afirma que as atitudes começam a se modificar a partir dos últimos 50 anos, o fim da segunda guerra mundial levaria a um tempo de novas oportunidades, isso os conduz a movimentos de direitos civis e posteriormente a movimentos a favor de pessoas com deficiência. A partir desse período surgem preocupações no sentido de como manter um tratamento adequado tanto para deficientes quanto para superdotados.

Segundo Baú (2009), a atribuição que pessoas com deficiência teriam pouco ou nenhum sucesso na prática do aprender, é praticar uma educação considerada conservadora. As necessidades de um aprender permanente nos encaminha a pensar em características que fossem necessárias para o melhor trabalho com crianças especiais sendo os professores os interlocutores nesse processo. A investigação que busca a maneira que se planejará e ensinará, além do porquê fazer e o que fazer seria considerável para que pudéssemos identificar naquele momento a relação entre professor mediador e aprendiz.

Smith (2008 p. 34) nos coloca que em torno de 1975, é preparada de forma aberta a todos, nos Estados Unidos a Lei Nacional de Educação Especial, para que se chegasse a essa lei, primeiro foi buscado e trabalhado situações de discriminação e direitos civis das pessoas através dos tribunais. Cada estado teve a oportunidade de trazer suas preocupações ao tratamento e acesso a educação, segundo eles havia um tratamento que era injusto nessas duas situações (tratamento e acesso).

A Educação especial atual é um conceito que envolve, poderia ser definido de várias formas, essas definições nasciam através das experiências de diversas pessoas. Poderia ser entendida como uma lista de situações tanto positivas quanto negativas que vão se adequando aos estudantes com deficiência. Dessa forma tudo era aprendido o que era negativo levava a adaptação até chegarmos ao que era positivo.

Smith (2008) relata que serviços de Educação especial eram oferecidos a todos com deficiência além de suas famílias através de um grupo com profissionais de diversas áreas e disciplinas. Entre esses profissionais o maior número era o de professores que tinham o objetivo de assegurar uma educação de qualidade. Em segundo vinham os fonoaudiólogos que tratavam dificuldade de fala.

Segundo o *Departamento de Educação dos Estados Unidos* (1999) como se tinha a oportunidade de trabalhar com deficiências no ambiente escolar, os EUA desenvolveram um instrumento chamado **padrão categórico**, para a definição das deficiências e ao mesmo tempo de observar qual o encaminhamento se fazer até os serviços especiais.

Por meio do IDEA (*Individuals with Disabilities Education Act*) (Educação dos indivíduos portadores de deficiência, foram definidas 13 categorias de deficiências: Autismo, Surdos-cegos, Surdos, Transtornos Emocionais, Deficiência auditiva, Retardo Mental, Deficiências Múltiplas, Impedimentos ortopédicos, outros danos de saúde, Distúrbios de Aprendizagem específicos, Distúrbios de comunicação, Traumatismo Crânio encefálico, Deficiência visual.

O retardo mental era definido como dificuldades significativas no funcionamento cerebral assim como grande dificuldade para adaptação de um comportamento, atualmente definido como deficiência intelectual.

Esses alunos eram identificados através de situação intelectual e habilidades adaptativas. Após a identificação a criança é encaminhada para uma avaliação onde se pontuam intervenções e o encaminhamento a serviços de apoio.

Smith (2008, pg 41) Os serviços oferecidos pela Educação Especial se expandiam e mudavam muito pois dependiam da necessidade de cada aluno. As pessoas portadoras de necessidades especiais teriam acesso a uma infinidade de serviços que tem como objetivo desenvolver da melhor forma possível o seu potencial. Esses serviços dependeriam variaria de acordo com tipos de deficiência, intensidade, além de profissionais.

Smith (2008, pg 42) Dentro de um programa de educação especial alguns pontos podem ser cruciais segundo o IDEA, esses pontos são salientados pelo governo americano:

- Uma Educação Pública que fosse adequada e gratuita (EPAG)
- Plano de Educação Individualizado (PEI)
- Ambientes menos restritivos (AMR)

- Avaliações adequadas
- Participação de pais e alunos nas decisões
- Proteção processual

Smith (2008, pg 40) Como educação pública adequada e gratuita naquele momento imaginava-se que independentemente do local onde essa educação fosse recebida (escola de cegos, ensino regular), para que isso acontecesse acreditava-se em um currículo funcional, onde não se tem o objetivo de que ele aprenda academicamente falando, mas sim um aprendizado que o desenvolva para a vida adulta.

O plano de educação individualizado nos mostra que cada criança tem uma forma específica de atendimento, não se tinha uma única forma de atender as necessidades educacionais desses alunos, não existia um currículo único. Cada criança é uma tendo uma exigência que outro com certeza não traria, assim como um sapato que não se adapta a todos os pés também essa criança.

Existiam vários tipos de propostas para avaliação na Educação especial entre elas podemos citar a avaliação que identifica os alunos que participarão desse estilo de modalidade da educação.

Em relação a participação dos pais na tomada de decisão a IDEA informa que é de suma importância que os pais participem, pois, um dos objetivos das reuniões do PEI é construir uma parceria entre pais, escolas e profissionais.

Dentro de proteções processuais existiam muitas incluídas pelo IDEA até 1997 após 1997 aumentariam ainda mais essas proteções. Entre elas podemos citar a participação dos pais ou a comunicação com os mesmos em especial na construção e adequação do PEI.

Ofereciam esse serviço de educação especial profissionais qualificados, eram profissionais de serviços multidisciplinares presentes para o acompanhamento a alunos com deficiência. Entre esses profissionais poderiam ser encontrados para profissionais, ou seja, professores ajudantes, especialistas em recursos, consultores, professores itinerantes, um professor para atendimento residencial ou hospitalar, entre outros. Além disso profissionais do serviço de atendimento clínico como audiologia ou terapia ocupacional também eram solicitados.

Na década de cinquenta no século passado (1854) acontecem as primeiras iniciativas para o atendimento escolar especial no Brasil. Através de Dom Pedro II com

a fundação do **Imperial Instituto dos meninos cegos**, mais tarde reconhecido como **Instituto Benjamin Constant**.

Em 1857 por meio da Lei 839 de 26 de setembro, funda-se o Imperial Instituto de Surdos Mudos. Essa escola é criada graças a esforços de Ernesto Huet e seu irmão. Huet era francês e trouxe a Dom Pedro II seus planos para uma escola de surdos mudos, acolhida a ideia com veemência pelo imperador que prontamente autorizou o projeto de construção da escola. Em 1957 se torna o Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES).

Até 1950 40 estabelecimentos mantidos pelo poder público, sendo ou federais ou estaduais prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais, ainda havia 14 outros estabelecimentos que atendiam outras deficiências.

Entre (1957 e 1993), o atendimento aos excepcionais era explicitamente assumido, através do governo federal, com várias campanhas envolvendo esse assunto.

A primeira campanha que era apresentada foi em 1958 da CESB (Campanha para Educação do Surdo Brasileiro) que tinha por finalidade oferecer através de todas as possibilidades possíveis educação e assistência abrangendo o maior espaço possível dentro do território nacional. Essa mesma campanha foi cancelada alguns anos depois por ter possivelmente se confundido com as atividades do Instituto Nacional de Educação de surdos e pela supressão das dotações orçamentárias.

Ainda em 1958 por idealização de José Espínola Veiga, foi criada através do decreto número 44.236 de 01 de agosto, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, que tinha vínculo com o Instituto Benjamin Constant. Essa campanha sofre alterações e em 1960 deixa de fazer parte do Instituto Benjamin Constant e passa a ser conhecida como CNEC sendo subordinada diretamente pelo ministro da educação e cultura. Em 1962 Dorina de Gouvêa Nowill assume a Diretoria executiva da CNEC. A campanha do CNEC teve como intuito oferecer melhoras no atendimento educacional aos deficientes visuais.

Entre início dos anos 1970 e 1980 iniciava-se o processo de inclusão nos Estados Unidos.

Para Alves (2009) incluir significava, envolver, acrescentar e somar sendo assim qualquer um poderia ser incluído, pois como profissionais temos o dever de acolhê-lo juntando-o a outrem para somar seu crescimento a ambos. Sendo assim aprendiam indivíduos mas principalmente aprendiam profissionais.

Para incluir, era necessário o devido respeito ao indivíduo em todos os seus devidos aspectos dentro do processo de aprendizagem.

Inclusão social, era o respeito a criança possibilitando a convivência com outros indivíduos e com a comunidade, através de trocas com indivíduos “normais” dando condições necessárias não só para a aprendizagem, mas também para o ajustamento social.

Era necessário apresentarmos a essa criança um ambiente considerável salutar, para que não se forme numa geração preconceituosa.

Não era só o estudo teórico e afetivo que nos fazia entender os comportamentos e atitudes do indivíduo portador de necessidades. Era necessária enorme sensibilidade, pois os valores que carregávamos afetava de alguma forma o nosso comportamento sendo assim é preciso trabalharmos esse comportamento.

Todas as crianças, teriam uma capacidade física, intelectual e moral, seja ela a mínima que fosse, assim poderiam serem processadas algumas atividades onde iriam a abranger aprendizagens nesses indivíduos.

Quando nascia um ser humano especial no âmbito família era notória a diferença para um ser humano normal. A estrutura familiar ruía pois o que se tinha num futuro próximo não seria o que se desejasse, sim uma preocupação a mais, o que tornava essa espera ainda muito mais angustiante.

Falava-se muito em uma equipe multiprofissional e sua função no contexto de um portador de necessidades especiais. Essa equipe deveria ser formada por um profissional de cada área específica.

Acreditava-se muito que a psicomotricidade poderia facilitar numa organização onde conduta e ação dariam esquematização ao esquema corporal, essa ação estruturaria e orientaria a relação espaço tempo, o que poderia reforçar a lateralidade, melhorando sua habilidades motoras.

O professor de Educação Especial tinha na equipe multiprofissional a função de trabalhar na independência desses indivíduos, para tanto dentro de um currículo existiam o que chamávamos AVDs e AVPs conhecidas também como Atividades da vida diária e Atividades da vida prática que eram muito trabalhadas até por se ter a intenção da independência desse indivíduo.

O Terapeuta Ocupacional poderia ou não fazer parte dessa equipe dependendo da demanda de necessidades que se encontrava, esse profissional trabalhava o desenvolvimento motor, perceptivo, cognitivo e sensorial, dando ao aluno

independência nas atividades de vida diária levando em conta a dificuldade e necessidade de cada um socialmente falando.

O fonoaudiólogo traçava o caminho a seguir com seu paciente através de suas maiores dificuldades. Necessitava-se que fosse trabalhada a linguagem oral, gestual e escrita para que o aluno tivesse o melhor possível desenvolvimento funcional dentro da comunidade.

A fisioterapia oferecia a ideia de Terapia do corpo como reabilitação e prevenção. Era necessário que houvesse uma pré-avaliação conhecendo assim melhor o paciente preparando um plano de tratamento da melhor forma possível.

Smith (2008, pg 41) relata que outros profissionais poderiam ser citados, pois quando incluímos várias são as demandas então profissionais como Musicoterapeuta e psicólogo entre outros também fazem grande diferença através do seu trabalho.

Naquela época era muito claro que qualquer profissional poderia realizar alguma coisa para estar incluindo o indivíduo conforme a capacidade e função do mesmo.

Cursos profissionalizantes como horta, marcenaria e panificação também eram oferecidos a esses alunos, esses cursos eram fundamentais pois davam amparo profissional a cada um deles, cada um deles no seu ritmo da sua forma e da sua maneira.

O ambiente escolar regular devia ser planejado e estruturado conforme demanda, pois era dessa forma que acreditavam que a criança poderia se desenvolver melhor.

Era de grande importância que tivesse um pensamento focado no planejamento diante de todos os encaminhamentos organizados pela escola, espaço onde seriam realizadas as atividades, materiais, instrumentalização utilizada, entre várias outras situações que devemos ficar atentos para que funcionasse de forma adequada.

Existia interações sociais entre família e escola, atividades promovendo a afetividade, boa comunicação entre profissionais e alunos, pois se acreditava que quanto melhor fosse o ambiente, melhor seria o desenvolvimento dessa criança. Na escola inclusiva não devia ser diferente, pois as preocupações deviam ser as mesmas.

Acreditava-se que com todas essas atitudes citadas acima, haveria a possibilidade de que essa criança portadora de necessidades especiais pudesse ser inserida na sociedade.

Era obrigação, como profissionais, lutar contra as escolas de educação especial que ainda mantinham seus atendimentos a seres educáveis em grandes centros. Para facilitar esse processo dos alunos educáveis no ensino regular, surgem classes especiais e salas de recurso que eram muito bem-vindas desde que bem planejadas e estruturadas.

Pensava-se muito na valorização desse indivíduo para isso acreditavam que devíamos olhar para essa criança sem nenhuma consideração, olhar a ela como ser humano, independente de conhecer ou não sua capacidade pois isso faz parte dos ensinamentos da educação inclusiva.

Acreditava-se que deveria haver intervenções dentro da sociedade, onde o educador deveria, antes de tudo, estar envolvido com a comunidade para que se fizesse a inclusão social antes de tudo.

O educador inclusivo era aquele que deveria ter a preocupação dos caminhos que deveria seguir para que alcançasse seus objetivos. Deveria ter como preocupação uma sociedade que fosse mais justa. Teria que ter o conhecimento de que é de extrema importância para o desenvolvimento humano desse indivíduo.

Esse educador deveria se responsabilizar em prover a educação desse indivíduo, não dando atenção só a transmissão do conhecimento mas a afetividade além de uma escola de qualidade.

O ensino inclusivo não era algo que poderia acontecer rapidamente, é um caminho que todos sistemas deveriam seguir. As mudanças previstas para chegarmos a escola inclusiva não deveria ser apenas vista como pré requisitos nem como requisitos futuros. Devemos dar tempo, deixar as coisas acontecerem, não são minutos nem horas, é tempo, tempo que funcionará conforme as necessidades acontecerem. É uma administração, uma estrutura, uma didática, muitas adaptações.

Era preocupante pensarmos que teríamos alunos portadores de necessidades especiais e não teríamos professores preparados para esses alunos. Da mesma forma, qualquer outro profissional deveria ser sensível para com essa demanda. Seria uma equipe preocupada com essa demanda e não apenas um ou outro profissional.

Era de extrema necessidade que existisse a preparação desses profissionais, pois definitivamente se não tivessem preparação e a demanda chegasse, todos os dois profissionais e alunos sofreriam com isso.

Seria necessário haver ainda uma adaptação da atividade, pensando que cada aluno tem uma forma de aprender, que como seres humanos cada um é diferente do

outro, devemos ter o conhecimento que a mesma atividade dada pra um seria mais difícil para o outro, nesse sentido devemos adaptar da melhor forma possível para o aluno portador de necessidades especiais já que o mesmo tem dificuldades que nosso aluno dito “normal” não teria.

Segundo Mantoan (2004), inclusão é a nossa capacidade de olhar, reconhecer, respeitar o outro, dessa forma, termos como recompensa a convivência com indivíduos diferentes de nós. A inclusão deve receber a cada um sem exceção, acolhendo a todos. Serve para todas as deficiências, todos os comprometimentos e até mesmo para indivíduos discriminados.

Inclusão no completo da palavra é estarmos juntos e interagirmos com o outro, seja ele como for.

### 3.2 INCLUSÃO NA ESCOLA: DA NEGAÇÃO À ACEITAÇÃO DA CRIANÇA NO ENSINO REGULAR

Nesse capítulo é interessante que observemos que a negação não inicia com a inclusão da escola no ensino regular mas com a exclusão da criança lá no início do século quando essa criança era abandonada, isolada em quartos e até mesmo morta por acreditarem que a mesma não sobreviveria.

Apesar de não haver qualquer indício do comportamento dos primeiros seres humanos da terra em relação a pessoa com deficiência, tudo nos leva a crer que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente da época. Se pensarmos um pouco vamos nos lembrar que naquela época não tínhamos uma residência com o conforto dos dias de hoje, eram abrigos não satisfatórios onde poderia ser muito frio ou muito calor, não havia comida em quantidade e era preciso caçar para garantir o alimento diário e ainda guarda-lo para o inverno.

Estudiosos chegaram a conclusão de que a vida de uma criança deficiente dentro de todo esse contexto era impossível pois o ambiente a desfavorecia muito, essas pessoas representavam um fardo para o grupo, por tanto era comum que as pessoas não aceitassem se desfazendo de crianças com deficiência.

Segundo Gugel (2007) Platão em seu livro, A República relatava que na Grécia as pessoas pegavam os filhos de superiores e levaram para o curral junto das ovelhas, para que mulheres que moravam á parte numa certa região da cidade, já os filhos de



homens inferiores ou qualquer outro que tenha um filho disforme, estariam escondidos em lugares não acessíveis, como convinha na época.

Gugel (2007) relatava que Aristóteles em seu livro a POLÍTICA, fala do rejeitar recém nascidos, onde teria que ter uma lei que diria que nenhuma criança com deficiência seria criada, evitando assim um número muito grande de crianças. Teria que ter uma lei que limitasse a procriação, se alguém desobedecesse deveria então ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e o feto comece a desenvolver.

AMPID (visto em 14-05-2020) nos diz que na Grécia em especial Esparta onde existia o exército de Leônidas, havia grande preocupação com as fronteiras de seus territórios em especial invasões como do Império Persa, os nascidos com deficiência eram eliminados pois só os fortes sobreviveriam tendo a oportunidade de servir ao exército.

Em Roma as leis não favoreciam as crianças com deficiência. Havia a permissão para que os pais matassem criança com deformidades físicas, afogando-as. Relatos informam que os pais abandonavam as crianças em cestos no Rio Tibre. Quem sobrevivia era explorado por pessoas que pediam esmolas ou passavam a participar de números no circo.

Uma nova doutrina vem como uma das primeiras defensoras da criança deficiente, dentro do império romano, o Cristianismo vem para proteger a criança portadora de deficiência que tão excluída vinha sendo anteriormente. Essa doutrina defendia a caridade e o amor uns com os outros, os pobres foram acolhidos com essa ideia. O cristianismo combatia a eliminação da pessoa com deficiência. Pessoas que defendiam o cristianismo foram perseguidas, em contrapartida modificaram as concepções romanas no século IV com a construção de hospitais de caridade que abrigariam indigentes além de pessoas com deficiência.

No início da idade média as condições de vida eram extremamente precárias. As pessoas naquela época acreditavam que o nascimento de pessoas com deficiência era um castigo de Deus. Crianças que sobreviviam nessa época eram separadas de suas famílias e na maioria das vezes ridicularizadas. A igreja católica punia severamente pessoas que a contrariassem. A função de punir era principalmente da Inquisição religiosa da época, essa sacrificou milhares de pessoas que elas supunham serem contra as ideias da igreja, muitas pessoas que foram incluídas naquele momento tinham deficiência mental.

Com informações do cristianismo na Europa tem início um processo de proteção a pessoas com deficiência, surgem atendimentos assistenciais que eram instituições que protegiam essas pessoas infelizes e doentes de toda espécie. Eram conventos, igrejas que ao mesmo tempo que acolhiam não tinham muita consideração com esses indivíduos pois isolavam e escondiam pessoas que não tinham um comportamento que era considerado comum para a época. Segundo Mazzotta (1996), a igreja tinha a sua religião que colocavam o homem como imagem e semelhança de Deus, ou seja, tinha que ser perfeito físico e mentalmente, não sendo parecidos essas pessoas eram colocadas a margem da condição humana.

A chegada da idade moderna traz com ela grandes transformações entre elas o humanismo, a valorização de um ser humano, o homem agora seria um animal racional, dão início o método científico e com isso estudos das tipologias de deficiência dando um caráter de doença com medicações e tratamentos.

A ligação que havia entre deficiência e misticismo se rompe dando lugar a um pensamento médico pedagógico, buscando-se causas para as deficiências em questão. Procurou-se naquele momento normalizar-se as pessoas com deficiência. Quando uma criança era incluída no ensino regular, encontrava-se uma novidade, era a promoção de uma vivência qualitativa para as partes envolvidas, por meio de diversidades e especificidades que são observadas de uma maneira enriquecedora que tínhamos a oportunidade de formar um ser humano mais tolerante as diferenças compreendendo que somos iguais como humanos mais diferentes quando se trata de especificidades, e isso vem conosco desde a infância tornando-nos únicos a cada experiência vivida, um pouco sem forma pois nos reinventamos a cada acontecimento da vida, dentro de nossas características.

Segundo Sawaia (2008), para se falar em inclusão, necessário seria que voltássemos no tempo para conversarmos sobre exclusão, que se faz por imagens adquiridas através dos tempos, um processo que vem dos primórdios até pouco tempo atrás. Dentro desse processo encontramos histórias de fracasso escolar, déficit intelectual, passados por um imaginário social e individual, sendo assim, não imaginamos o porquê da dificuldade ou como ajudar, ele tem essa dificuldade e pronto. O pobre é constantemente incluído nesse processo de inclusão, mas dentro desse mesmo lindo processo nós que incluímos também excluimos e a culpa é sempre do indivíduo pois é ele quem não se adaptou ao processo.

Se acreditássemos que esse indivíduo lutaria contra essa exclusão participando de forma continua desse processo de ensino aprendizagem, se fossemos otimistas em ter a certeza que a pessoa lutará contra essa parte de uma sociedade ignorante e se fazer crítica da mesma sociedade, levássemos em conta que ele lutará contra esse método que uniformiza construindo seu conhecimento, teríamos com certeza um processo de inclusão que funciona ainda melhor do que funcionava.

Conforme Mader (1997), havia a necessidade de que se construísse uma política de igualdade, que fosse séria e responsável, possibilitando ações que fossem significativas na atuação da educação inclusiva.

Segundo o evento de Salamanca (1994), existia um consenso que crianças e jovens com necessidades especiais deveriam estar no ensino regular, incluídas com uma educação feita para todas as crianças, que não houvesse preconceito muito menos discriminação. Tudo isso levou ao conceito de escola inclusiva. A partir daquele momento o desafio para uma escola inclusiva passou a ser o desenvolvimento de uma pedagogia que acolhesse a todos, ensinasse a todos cada um da melhor forma possível, até mesmo os alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2003), a mesma deixava claro que a reconstrução dos fundamentos de uma escola para todos, nos remete em situações específicas que se relacionavam ao conhecimento e aprendizagem, sendo assim, considerava-se o educar poderia supor intenções, em especial sobre como vemos o papel da escola, do professor e do aluno, conforme o paradigma que o sustentava. A escola inclusiva segundo a autora ainda relata, exige uma mudança de paradigma, poderiam ser definidos por modelos, exemplos abstratos, algo que não podemos pegar mais que ao mesmo tempo se materializa de uma forma ainda imperfeita em um mundo que é concreto. Ainda por uma concepção moderna, seriam várias regras, crenças e valores, que são partilhados com certo número de pessoas de um mesmo grupo em um momento histórico norteando assim nosso comportamento, nossa forma de pensar, até que não nos satisfaçam mais e esses mesmos valores estão em crise pois não nos resolvem mais os problemas que tínhamos para selecionar.

Nos dias atuais, ainda a inclusão é considerada um desafio, promovendo angústias e criando expectativas na maioria dos profissionais da educação. Ainda que mais amenas que no passado já que hoje a criança é devidamente aceita pela escola, desencadeando um comprometimento com práticas que favorecem todos os alunos, uma mudança na concepção de ensino, que visa uma aprendizagem de qualidade.

Não tinha mais porque estarmos preservando modelos tradicionais, desrespeitando diferenças, mantendo uma escola excludente. O artigo 208 da Constituição Federal reza que “O acesso ao ensino é obrigatório e também gratuito, direito publico subjetivo”. Ainda o mesmo artigo, afirma que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

No século XXI, a escola que temos, que precisamos, é aquela que tem comprometimento com a formação total do cidadão, um cidadão que critique, que participe e que seja criativo, atendendo as exigências e a competitividade do mundo atual, com rápidas e difíceis mudanças da sociedade. Assim, teremos uma educação escolar no exercício da cidadania implicará na efetiva participação do ser humano na vida social, a esse cabe o respeito e o ser solidário, poupando a sua dignidade, igualdade de direitos e repelindo a qualquer forma de discriminação.

Segundo Mantoan (2003), confiando no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, mostra estratégias para ajudar no trabalho do professor, como aprendizagem dos alunos;

- Deixar claro e colocar como pilar da escola que toda criança é capaz de aprender.

- Garantir que cada criança possa aprender conforme suas possibilidades através de condições e tempo.

- Abrir espaço para que tenhamos compreensão, dialogo, solidariedade, criatividade e critica sendo exercitado pelos alunos, professores, gestores e funcionários da escola.

- Estimular, formar continuamente e valorizar o professor, pois que é ele quem tem a responsabilidade de levar a aprendizagem até os alunos.

- Substituir a forma de avaliar através de notas e provas, por um processo continuo de formação de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A inclusão levará a um trabalho inovador visando o sucesso no aprender de todos os alunos.

Conforme Sasaki (1997), o ser igual como seres humanos é valor fundamental quando nos direcionamos a qualquer assunto relacionado a escola para todos. Poderíamos encarar de várias formas, mesmo como todo sentido de igualdade sabemos que não se esgota no indivíduo, ela ainda se expande para aspectos da natureza política e social.

Segundo Delors (1998), não está em desacordo com respeito as pessoas, mas valorizar a capacidade de cada ser humano conforme as realizações de cada um. Dessa forma, quando se tratava a oferecer oportunidades iguais para todos, temos muito o que fazer na escola para que isso aconteça, já que nesse momento não vemos o princípio de dignidade do ser humano, independente das dificuldades presentes. Isso ainda é limitado pois se pararmos para observar a igualdade entre as pessoas por exemplo ainda observamos certa recusa a compreender esse valor, através de comportamentos e reações.

Segundo Machado (2001), haviam equipes da escola além de pais tinham dificuldade em aceitar esse alunos vindo com muita ignorância a aceitação deles, não aceitam que o perfil do aluno mudou e não é mais o mesmo do passado. Esse preconceito vem forte quando esse aluno não aprende ou é deficiente, em todos os pontos de vista seja físico, cultural, emocional entre outros. Preconceitos com relação a raça e religião ainda existem assim como alunos de famílias desestruturadas, de mães solteiras, drogados e marginalizados.

Ressaltava-se que apesar da escolar não conseguir transformar esse aluno, é ela quem pode iniciar as primeiras lições de inclusão escolar. Para tanto, a escola precisa ser a primeira a acreditar o sucesso dos seus alunos, sem exceção.

Para Coll (2000), um professor sempre manifestaria um comportamento inevitável relacionado ao seu aluno, esse comportamento seria mediado pelas representações sociais, sendo assim, pelo que imaginava e o que esperava deles. E o início dessas representações vai ocorrer de duas formas: uma é através de informações diretas que são aquelas obtidas através de um primeiro contato com o aluno. A segunda são informações indiretas, obtidas por outros professores, pais que comentam e até relatórios disponibilizados pelo serviço técnico pedagógico. A partir dessas informações o professor começaria a construir um perfil para aquele aluno, essas informações poderiam ser mantidas ou anuladas dependendo das informações futuras que o professor teria desse aluno.

De acordo com esse mesmo autor, as interpretações feitas pelos professores desses alunos também estariam baseadas em uma imagem de “aluno ideal”, que é uma imagem que o professor construía através de suas através de suas experiências pessoais e profissionais. Essas experiências eram influenciadas ainda por fatores chamados ideológicos que falam sobre a função da escola, o papel da escola na sociedade, como o professor pensa pedagogicamente, entre outras.

Dessa forma, Coll (2000) relatava que na continuidade da prática pedagógica, haveria o confrontar da imagem entre o aluno ideal e o aluno real, sendo esse último o aluno que tínhamos a nossa frente, aquele que o professor convivia na prática. Assim, os professores passariam a organizar, selecionando e interpretando as informações do seu alunado, resultava em representações sobre esse aluno que foram construídas através de fatores ideológicos que estavam disponíveis na sociedade.

Uma situação parecida ocorre com a chegada de um filho com necessidades especiais, segundo Holanda, Collet & Costa (2008), a família cria várias expectativas sempre relacionadas a uma criança normal, o filho ideal dentro dos padrões criados, cultivados e inseridos dentro da sociedade.

Relatam Sunelatis, Arruda & Marcom (2007) que em situações que o filho real era diferente do que se imagina, respostas de negação ou aceitação, eram refletidas no vínculo que era estabelecido, dessa forma, em cuidados dispensados a aquele filho, bem como o crescimento e desenvolvimento do mesmo.

Isso ocorria, segundo Cavalcante (2003) apud Welter, Cetolin, Trzcinski & Cetolin (2008), pela expectativa que a sociedade apresentava naquele momento de uma família moderna que produzia indivíduos “sadios” além de cooperativos e eficientes; não seria um sujeito transformador da realidade em que vivia uma máquina de pensamento mecanicista a ser devorada pelo mercado e por isso deveria atender aos padrões de eficiência.

As representações, impediam que a sociedade acreditasse no desenvolvimento de uma criança portadora de necessidades especiais. Aquele estigma estava presente em uma imagem que pais e professores construíam desse sujeito, e por consequência, vinha influenciando na relação que se estabelecia com ela, já que a deficiência era vista como algo fixado nesse sujeito, por isso passam a instituir comportamentos restritos e indiferentes com essas pessoas, levando muitas das vezes a uma segregação tanto pedagógica quanto social.

Vygotsky (1997), deixava claro que não podíamos reduzir a deficiência a seus componentes biológicos como má formações, por exemplo. Essas seriam deficiências primárias e a deficiência também pode ser secundária ou seja advinda de questões sócio culturais, mediações sociais em que crianças deficientes estavam inseridas, criavam assim barreiras físicas, educacionais entre outras.

Segundo Saad (2003), seria importante que se compreendesse que mesmo a deficiência por uma condição genética como um Síndrome de Down que apresentava diferenças orgânicas em relação a população, não devíamos determinar um padrão nem de desenvolvimento e nem de comportamento que fosse previsível a todos. Comportamento e desenvolvimento não são relacionados só a alteração cromossômica, mas sim ao estímulo social que está recebendo dentro da sociedade onde convive.

Vygotsky (1996), afirmava que o processo tanto de aprendizagem quanto desenvolvimento a partir da perspectiva sócio histórica vai entender esse indivíduo como sujeito ativo que tanto constrói quanto também é construído através do meio onde convive, esse meio deve oferecer-lhe oportunidades de receber e organizar as informações, essas informações se constituíam em elementos psicológicos que faziam a mediação entre o sujeito e o mundo em que vivia.

Dessa forma, o desenvolvimento da criança não depende só de uma questão genética, fatores tanto biológicos quanto sociais são de muita importância e vão muito à frente de toda a questão genética pois como Vygotsky já afirmava, o desenvolvimento se inicia quando se unem linha biológica e cultural se juntam. Sendo assim, quando ocorre um desequilíbrio entre esses desenvolvimentos tanto biológico quanto cultural, ocorrem também mudanças nas funções psicológicas superiores, já que a condição biológica é transformadora da relação homem e ambiente tanto físico quanto social.

Não deveria se separar o desenvolvimento do indivíduo de sua aprendizagem, pois esses dois processos tem uma relação e ocorrem a partir do momento em que o aprendizado impulsiona esse desenvolvimento. Com isso é a aprendizagem que sendo bem organizada impulsionará o desenvolvimento, e ele possibilitará novas aprendizagens. Dessa forma a aprendizagem sistematizada possibilitaria algo novo no desenvolvimento do indivíduo.

Com o pensamento de melhorar o entendimento dessa relação aprendizagem e desenvolvimento naquele momento, Vygotsky (1996) postulou o conceito ZDP (Zona de desenvolvimento proximal) que levaria a compreensão dos níveis de desenvolvimento real e potencial do indivíduo. Para o autor cada indivíduo tem seu nível de desenvolvimento tanto real quanto potencial, ele se caracterizava por tudo que a criança pudesse realizar sozinha sem mediador para auxiliá-la, já o nível

desenvolvimento potencial é aquilo que ainda não realizamos sozinhos, necessitando de alguém para auxiliar e assim ocorrer a aprendizagem.

Conforme Voivodic e Storer (2002), a sociedade tinha dificuldade para conviver com o que fosse diferente, ao decorrer dos anos foram criadas ideias sobre a deficiência e isso influenciava no modo do relacionamento, assim como interações e atitudes com crianças que apresentavam algum tipo de deficiência. Era necessário, que houvesse um esclarecimento amplo e que houvesse continuidade no dia a dia relacionado as potencialidades dessas crianças especiais, só assim poderíamos ter um fortalecimento das famílias que proporcionasse um melhor relacionamento.

A Inclusão buscava assim trabalhar, quando falávamos em inclusão, não podíamos dividir isso ou separar. Mantoan (2003), dizia, só aconteceria quando não tivéssemos mais ninguém fora da escola, onde qualquer um independente de qual o seu problema ou limitação, teriam a oportunidade de junto a outros compartilhar de um espaço igual, sendo respeitados mesmo com suas diferenças, tendo iguais oportunidades, claro que com tratamento diferenciado conforme a situação encontrada de cada um, deixando claro que cada um de nós tem uma forma de se apropriar das coisas do mundo.

Enfocado numa perspectiva Sócio-Histórica, o paradigma da inclusão dava direito ao aprendizado e desenvolvimento de todos sem nenhuma exceção, propunha condições que pudessem ser ideais para suas potencialidades pudesse desenvolver da melhor forma possível. Destacava-se que conforme proposto pela inclusão, a escola deveria enxergar além da deficiência, olhar o todo e não a parte, rompendo com ideias tradicionalmente estabelecidas que eram preconceituosas a respeito do aprendizado da criança especial. Dessa forma a escola precisava pensar em um plano para uma educação voltada para todos que seja livre de preconceitos e que respeite as diferenças.

Para que pudéssemos ter uma escola inclusiva havia a necessidade que pensássemos em algumas situações que nos levassem a vermos o todo desse aluno e não apenas o que nos interessava.

ALVES, Fátima (2009) Conhecer esse aluno na sua totalidade era de suma importância, não podemos olhar alguém com pena ou julgamento, era preciso que compreendêssemos suas dificuldades e a partir disso buscar soluções que pudessem auxiliar, como dar instrumentos que o fizessem se adaptar melhor as atividades do dia a dia, seja na escola ou na vida social. Também é importante que esse aluno fosse



incluído em todas as suas atividades dessa forma mostramos a ele e a todos que ele pode ser igual aos outros independente de suas dificuldades.

Era necessário que tivéssemos um plano de ação com todos os envolvidos dentro da escola, todos deveriam saber como deveriam contribuir para inclusão, seja na forma de lidar ainda que a criança tenha o mesmo diagnóstico da outra, cada um é um por isso é diferente, as formações para a equipe são de grande importância para que pudéssemos aperfeiçoar e ter uma postura mais correta possível com esses estudantes.

Uma integração entre professor do ensino regular e professor da sala de recursos era de real importância, pois as experiências de cada um podem facilitar o entendimento do outro professor em relação ao problema que vivência, essa mediação cabe a equipe gestora. Era uma troca que nos levaria a compreendermos melhor nosso aluno através da visão do outro.

A tecnologia demonstrava interesse, nesse sentido esses meios de comunicação incentivariam o aluno a dar o melhor de si ajudando-os consideravelmente a dar o melhor de si.

A família, se não é o mais importante, é um ponto que vai auxiliar a equipe em todos os sentidos pois é através dela que a família terá informações relacionadas ao aluno para construções de processos, além disso é a família o maior apoio que a criança tem para melhor adaptação na escola. Também o apoio que ela dá nas atividades em casa é de suma importância.

A inclusão sempre será algo necessário a se discutir, pois a cada momento enfrentamos novas situações e precisamos nos reinventar novamente para garantir do direito desse aluno. Por isso estudar e se manter em cursos de formação continuada é de fundamental importância para que como profissionais nos tornemos mais experientes e com isso possamos lidar melhor com os desafios que vem pela frente.

### 3.3 A LEGISLAÇÃO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

Várias são as Leis que regem sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, dentre elas algumas nacionais outras internacionais, nesse capítulo estaremos apresentando algumas delas.

Segundo o site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** primeira Lei aprovada no Brasil foi a 4024 de 1961, essa lei hoje foi substituído por outros documentos, mas foi a primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDBN) que envolvia a Educação Especial, a mesma apontava o atendimento de pessoas com deficiência no texto da época chamadas excepcionais (termo que vai em desacordo com os dias de hoje), fundamentava que a educação dessas crianças dentro das possibilidades deveria ocorrer no Sistema Geral de Educação, pois o objetivo é integra-los a comunidade.

Seguindo uma ordem cronológica, conforme o site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** a próxima lei é a Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil em 1971 a Lei 5692, aprovada em meio a Ditadura Militar e substituindo a anterior, o conteúdo dessa lei afirma que alunos com deficiências tanto físicas quanto mentais que pudessem conter um atraso considerável além dos superdotados teriam que receber acompanhamento especial, dessa forma essa lei não oferecia a inclusão no ensino regular, mas sim determinava que a criança deveria frequentar a escola especial.

Só em 1988 com a Constituição Federal é que saímos da segunda LDBN, o artigo 208 vai tratar da Educação Básica como obrigatória e gratuita desde os 04 até os 17 anos de idade, sendo dever do estado oferecer aos portadores de necessidades especiais o Ensino especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda no mesmo documento os artigos 205 e 206 apontam a Educação como direito de todos, sendo assim garantindo pleno desenvolvimento como pessoa, direitos iguais além de profissionalização para o trabalho assim como igualdade de condições para não só o acesso mais a permanência na escola.

Já em 1989 a Lei número 7.853 vai dispor sobre integrar socialmente as pessoas com deficiência na Educação obrigando que fossem inseridas escolas especiais tanto privadas quanto publicas assim como ofertando uma educação especial em ambiente público de ensino. Afirma ainda que é o poder público quem

se responsabilizará por matrículas de alunos portadores de deficiência em cursos dando a oportunidade para que esses alunos se integrassem no sistema regular de ensino. Sendo assim, esse documento excluía uma grande parcela das crianças ao separar capazes de não capazes, essas ultimas não tendo condições segundo esse documento de se relacionar socialmente falando e igualmente privando de aprender.

Ainda na área de Recursos humanos, a qualificação de professores para a educação especial assim como de técnicos nas áreas de habilitação e reabilitação e ainda de instrutores para formação profissional.

Na área de edificações, adotar e executar normas garantindo uma funcionalidade para construções e vias públicas, evitando empecilhos as pessoas portadoras de necessidades especiais, contribuindo para que essas pessoas tenham acesso a edifícios, logradouros e meios de transportes.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, constituísse crime podendo ser punível entre 2 e 5 anos além de multa: a recusa, cobrança de valores adicionais, suspensão, adiamento, cancelamento e ainda finalização de inscrição do aluno portador de necessidades especiais em qualquer curso no estabelecimento de ensino, por motivo da sua necessidade especial ou deficiência. Assim como criar dificuldade para inscrição em concurso de qualquer cargo ou emprego público pela deficiência. Ainda dizer não a pessoa para uma promoção ou trabalho pela sua deficiência. Não menos importante a recusa ou retardar, dificultando a assistência médico-hospitalar e ambulatorial a pessoa com necessidades especiais.

A lei número 8069 de 1990, também conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente garantia um atendimento educacional especializado às crianças de preferência na rede regular de ensino, além disso o trabalho protegido ao adolescente com deficiência assim como prioridade no atendimento a ações de prevenção assim como proteção as famílias com crianças e adolescentes nessa situação. O artigo 15 dessa lei dava direito a criança e adolescente a liberdade respeito e dignidade, serem tratadas como pessoas humanas e sujeitos de direitos humanos e sociais. Já o artigo 16 oferecia a liberdade através de vários aspectos, entre eles:

- Direito de ir e vir a espaços públicos e comunitários, a não ser que haja alguma restrição; Direito de opinar e se expressar; Crença e culto religioso; podia

brincar, praticar esportes e se divertir; ter participação na vida tanto familiar como comunitária, sem nenhum tipo de discriminação. E ainda participação na vida política, busca de refúgio assim como auxílio e orientação.

Em 1994 criada a Política Nacional de Educação Especial, ao olhar da inclusão escolar é um passo para trás pois a mesma propõem que nem todos os alunos sejam incluídos no ensino regular, apenas crianças que tenham condições de acompanhar participando das atividades do currículo do ensino comum, da mesma forma que os “normais”. O objetivo foi incluir uma pequena parte com condições sendo que o restante ficaria na educação especial.

No site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** uma das leis mais faladas quando se trata de inclusão é a 9394/96 conhecida como LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a mesma vem com um capítulo a parte relacionado a Educação Especial, nele afirmava-se que teria quando necessário, serviços que apoiassem o Portador de necessidades especiais para que atendessem as demandas desse alunado. Afirmava ainda que esse serviço seria realizado em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não houvesse a possibilidade da socialização desse aluno no ensino regular. Além disso, o conteúdo comportava uma parte sobre a formação de professores, currículos, recursos entre outros, para o melhor atendimento da criança com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Ainda dentro da LDB encontrava-se assuntos relacionados a educação para o trabalho, que visava a vida em sociedade, exigindo que mesmo que os que tivessem menos condições pudessem ser inclusos nessa situação. Isso poderia ocorrer mediante a conversa com órgãos oficiais e a fins, assim também para aqueles que apresentassem habilidades superiores sejam elas artísticas, intelectuais ou psicomotoras. Exigia o acesso por igual a benefícios de programas sociais disponíveis para o ensino regular. Ainda colocava o poder público como responsável a compor um cadastro nacional de alunos com altas habilidades matriculados na educação básica e ensino superior pensando num futuro onde se pudessem oferecer serviços que compreendessem auxiliassem o desenvolvimento dessa demanda.

Conforme o site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** Decreto 3298 de 1999 vem regulamentar a lei 7853/89, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trazendo normas de proteção além de outras

providências a serem tomadas. O principal objetivo vinha a ser naquele momento assegurar que a pessoa com deficiência tivesse uma plena integração com o contexto social e econômico/cultural do Brasil. Em relação ao acesso à Educação, a Educação Especial fica reconhecida como modalidade transversal, ou seja, um complemento a todos os níveis e modalidades de ensino .

Ainda segundo o referido decreto ainda nos afirma que a Educação Especial é a modalidade de educação que deve ser oferecida de preferência na rede regular de ensino para todo e qualquer portador de necessidades especiais entre eles o portador de deficiência. Ainda afirmava que a educação especial se constituiria de um processo flexível, oferecido principalmente nos níveis de ensino que fossem obrigatórios. Esse documento afirmava que a educação especial teria de contar com uma equipe multiprofissionais de adequada formação, onde cada um adotará orientações pedagógicas individuais .

A Lei 10.172 de 2001 Plano nacional de educação que era o antigo PNE que teve críticas pela extensão do mesmo para crianças e jovens com deficiência. Entre essas metas extensas estava a que afirmava que Educação Especial como uma modalidade da educação tem o dever de se promover em todo o ensino regular desde que haja vagas para os diversos graus de deficiência seria uma

A Resolução CNE/CEB N° 2 de 2001 texto do conselho nacional de educação que instruía regras para Educação especial, encontrado em **TODOS PELA EDUCAÇÃO** afirma que escolas deviam matricular todos os alunos sem exceção, ainda que a mesma se organizasse para esse atendimento dando segurança necessária para uma educação que chamamos de educação para todos. Ao mesmo tempo coloca que o atendimento no regular pode ser substituído pelo atendimento especializado.

O artigo 208 inciso 3 desse documento encontramos os dizeres de que a educação especial deve ser oferecida (**preferencialmente no ensino regular**), isso abre uma brecha para que as escolas não aceitem essa criança ou que a família também não aceite a negativa da escola.

Para Fávero, Pantoja & Mantoan (2006) o “preferencialmente” vai se referir ao atendimento educacional especializado, sendo assim aquilo que é diferente no ensino escolar para melhor atendimento a alunos com deficiência.

Considerava ainda que o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais na rede regular iniciava-se na Educação Infantil dando a

esses alunos o direito de receber atendimento quando necessário nos serviços de Educação Especial através de avaliação de equipe multidisciplinar.

Em 2002 uma resolução do CNE/CP Nº 1/2002 , oferece diretrizes curriculares para instrução de professores na Educação Básica, a nível superior, licenciatura, graduação plena. Afirmava-se que sobre a inclusão a formação deveria conter conhecimentos sobre crianças e adolescentes entre outros, ai também incluídas as particularidades dos alunos que apresentassem necessidades educacionais especiais.

A Lei Nº10346/02 de 2002 vinha reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma legal de comunicação e expressão.

Entendia-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras - a forma de comunicação, em que o sistema linguístico visual-motor, com estrutura gramatical própria, um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Em 2005 um decreto com Nº 5.626/05 vem regulamentar a Lei 10.346/02 anterior a essa e que foi criada em 2002. Esse decreto vem entre outros objetivos para reconhecer a Língua Brasileira de sinais (libras) como disciplina curricular em cursos de nível médio e superior.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi elaborado em 2006 por órgãos como MEC e Ministério da Justiça entre outros. Tinha como uma de suas ideias incluir assuntos relacionados a pessoas portadoras de necessidades especiais em currículos escolares.

Em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no campo da inclusão, trabalhava com situações de infraestrutura das escolas, pensando em tornar as escolas mais acessíveis, ainda da formação de professores assim como de salas de recurso multifuncionais.

O Decreto Nº 6.094 de 2007, vinha dispor a criação de um Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação criado pelo MEC, destacando o atendimento a pessoas com deficiência, esse documento fortalecia a ideia de que as crianças com deficiência deveriam estar inclusas no sistema público de ensino. Entre as metas ainda estava a valorização do trabalhador da educação representado por sua dedicação, além de assiduidade, realização de projetos, cursos de atualização entre outros.

Em 2008 é criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esse documento mostrava toda a história do processo de inclusão do País para servir como fundamento para as políticas públicas que estariam promovendo a Educação de qualidade para todos os alunos.

Esse documento oferecia informações sobre como fazer o acompanhamento dessas crianças a partir do nascimento, informava que até os 3 anos de idade o atendimento seria promovido por serviços de estimulação precoce, que tinham como objetivo melhorar tanto o desenvolvimento quanto a aprendizagem com serviços e saúde e assistência social. É obrigatório a presença desse serviço nos sistemas de ensino pensando no melhor desenvolvimento do aluno. Poderia ser realizado no contra turno escolar, ou seja, no período em que a criança não está na escola comum, sendo realizado ou na própria escola ou em centros especializado que comportem esse tipo de acompanhamento.

Conforme o site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** em 2008 cria-se o Decreto 6.571 vai propor sobre o (AEE) Atendimento educacional especializado definiam como um grande conjunto de atividades com recursos acessíveis e pedagógicos organizados pela instituição, podendo ser prestado de forma a complementar esse atendimento ou suprir o que falta para a formação desse aluno no ensino regular. Esse decreto obrigava a União a dispor de apoio técnico e financeiro a sistemas públicos de ensino oferecendo assim a modalidade. Reforça ainda que o AEE deve ser integrado ao PPP da escola.

A resolução Nº 4 CNE/CB de 2009, disponível no site **TODOS PELA EDUCAÇÃO** focava na orientação do AEE (Atendimento Educacional Especializado) na Educação básica, firmava que esse atendimento deveria ocorrer no contra turno escolar de preferência nas já conhecidas salas de recurso multifuncionais no Ensino Regular. Essa resolução tinha também o objetivo de orientar para que houvesse o cumprimento do Decreto Nº 6571/2008.

O Decreto Nº 7,611/2011 revogava o decreto Nº 6.571/2008, estabelecia novas diretrizes para o compromisso do Estado com a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais. Uma dessas diretrizes determinava que o sistema educacional incluísse em todos os níveis, que o significado de aprender pudesse ser levado por toda a vida, impedindo a exclusão dentro de todos os níveis de escolaridade da criança. Ainda determinava que o Ensino fundamental fosse gratuito além de compulsório, assegurando algumas adaptações de acordo com necessidades

de cada um, que fossem adotadas medidas de apoio a cada um e que essas medidas dessem o melhor resultado possível, em ambiente que aumentem ao máximo a possibilidade do desenvolvimento tanto acadêmico quanto social, pensando em uma inclusão que fosse plena, e fortalecia a ideia de que o oferecimento do serviço de Educação Especial fosse realizado como preferência no Ensino Regular.

A Lei Nº 12.764/2012 vem instruir, fazendo com que se cumpra da melhor maneira possível a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa definia a pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela com deficiência por grande período de tempo sendo clinicamente significativa da comunicação e interação sociais, apresentada por dificuldade de comunicação verbal e não verbal, sendo essa usada para interação social. Além disso carência em desenvolver e manter relações de forma adequada ao seu nível de desenvolvimento.

A Lei Nº 13.005/2014 vem aprovar o Plano Nacional de Educação PNE. Sobre o PNE: o plano nacional de educação tem 20 metas para serem cumpridas em 10 anos, ou seja, esse plano deixa claro onde o país quer chegar e qual o caminho a seguir, um dos questionamentos relacionados a esse ano é a não manutenção do termo “**preferencialmente**” (ofertam a educação especial preferencialmente no ensino regular), para muitos isso ainda da abertura para decidir onde o pai quer matricular ou onde o professor quer que a criança estude. Por ser uma lei deve ser cumprido meta por meta, através do esforço de cada um em cumprir o que está descrito.

Em 2015 O Estatuto da Pessoa com Deficiência vai considerar pessoa com deficiência a que tem barreiras a longo prazo sejam essas barreiras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, o mesmo em interação com outras situações pode se sentir travado, prejudicando assim a participação dele com as demais pessoas.

Esse documento considera a deficiência como algo fora da pessoa não está nela, mas na sociedade, já que a dificuldade que se ocorre sempre está no meio social, o que gera desvantagens tanto econômicas quanto de igualdade.

A lei avalia que o estado e a sociedade como um todo são os responsáveis a retirar os obstáculos que vem impedindo a pessoa com deficiência que tenha uma vida mais presente participando no seu meio da mesma forma que os demais.

Todas essas leis são nacionais, criadas no Brasil e que fazem parte de toda a história da Educação especial a partir desse momento veremos as leis Internacionais.



A Declaração Mundial de Educação para todos de 1990, trazia as necessidades consideradas básicas na aprendizagem de pessoas portadoras de deficiência que por esse motivo deveriam ter atenção especial. Para esse documento criado pela Organização Mundial das Nações Unidas para Educação além da Unesco, haveria a necessidade de tomarmos providência para que o acesso a educação fosse igual para todos os tipos de deficiência, deixando isso como parte integradora do sistema educativo.

Este documento de grande importância para educação como um todo, em um de seus artigos afirma que cada pessoa deve ter condições de receber todas as oportunidades na área da educação que forem de interesse a satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Necessidades essas que vão compreender instrumentos essenciais para aprendizagem, leitura e escrita por exemplo, além disso conteúdos básicos como conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, que são conteúdos de grande necessidade para nós como seres humanos possamos viver da melhor forma possível, que possam ter o melhor desenvolvimento de suas habilidades, vivendo e trabalhando com dignidade, participando de forma plena do desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida e em especial continuar manter-se em aprendizado. Cada país e cultura deve buscar amplitudes das necessidades de aprendizagem assim como a melhor maneira de satisfazê-las.

A Declaração de Salamanca aprovada em 1994, documento que é uma resolução da ONU concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, construído em Salamanca na Espanha o texto vem com informações sobre o começo de uma educação especial com políticas e práticas das necessidades educativas especiais, orientando sobre atitudes em níveis tanto regionais, nacionais e internacionais relacionados sobre estrutura de uma melhor atitude em educação especial. Vai abordar ainda sobre a escola, a administração e recrutamento de educadores além de envolvimento da comunidade, entre outras situações.

Esse documento coloca como princípio fundamental da escola inclusiva que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que for possível, e que independente da dificuldade que a criança possa apresentar que sejam mantidas juntas. Essas escolas devem estar atentas a demanda reconhecendo dificuldades e necessidades diversas de seus alunos, todos juntos em um currículo com estratégias de ensino, uso de recursos além de parcerias com a comunidade, organizado e apropriado para ambos os estilos de aprendizagem, dando a eles a certeza de uma

educação de qualidade. O documento defende uma continuidade de serviços e um apoio que seja igual a demanda de necessidades especiais vistas na escola.

Em 1999 a Convenção de Guatemala conhecida também como (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência trouxe como resultado ao Brasil um Decreto Nº 3.956/2001. O texto brasileiro declara que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos que as outras pessoas, até mesmo o direito de não ser humilhadas ou discriminadas pela sua deficiência, esses direitos vem da dignidade e igualdade que são inseparáveis a todo ser humano.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009, aprovada pela ONU tem no Brasil um dos países que assinam esse documento, a Convenção afirma que a responsabilidade em garantir uma Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino é de cada país.

A Declaração de Incheon, 2015, o Brasil assina e declara se comprometer com uma agenda em conjunto, por uma educação de qualidade e principalmente inclusiva.

Esse documento vem representar um compromisso histórico entre os países para dar nova vida através de uma visão diferente da educação. Nesse documento se apoiam compromisso dos países e de toda a comunidade do mundo envolvidos com a educação, com a Agenda Educação 2030, que traz medidas consideradas ousadas e urgentes ao mesmo tempo para que se transformasse vidas através dessa nova visão da Educação.

Ainda em 2015 no mesmo documento Declaração de Incheon, o documento traz 17 objetivos que devem estar colocados em execução até 2030, são chamados objetivos de desenvolvimento sustentável, entre esses objetivos um trata de dar segurança a educação inclusiva, para que seja equitativa e de qualidade, que possa apresentar oportunidades de aprendizagem durante o tempo da vida e para todos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo trazer o histórico da educação especial desde os primórdios até os dias de hoje, como as pessoas agiam e como agem hoje quando estão em outra situação bem diferente de primórdios ou anos atrás, como essas crianças portadoras de necessidades especiais eram tratadas e como isso mudou através do tempo. Quais documentos foram construindo a Educação Especial e como chegamos ao contexto de inclusão nos dias de hoje. A criança em sala de aula como era e como ela está hoje, como se lidava com essa criança e como se lida hoje. Observando todos os acontecimentos ocorridos ao longo dos anos o que nos falta para que possamos ter uma Inclusão que hoje seja mais afetiva e amorosa entre ambas as partes (escola, alunos e pais). Por fim podemos ter uma inclusão de qualidade, onde todos podemos ser vistos como iguais, ninguém é diferente de ninguém, já que antes de sermos pessoas somos seres humanos e isso não nos torna diferente de ninguém.

Faz parte da metodologia a busca de livros que nos trouxessem o histórico da Educação Especial e isso nos levou a um grande passeio pelo passado nos trazendo muito aprendizado. Se observa que antigamente não existia qualquer tipo de cuidado com essas crianças, dessa forma essas crianças poderiam ser mortas de várias formas, em florestas, jogadas em rios entre várias outras situações. Fora isso existia a exclusão no sentido de deixar essas pessoas trancafiadas, isoladas do mundo. Por vários momentos vistas como seres imperfeitos que não seriam prestáveis e até mesmo que não eram de Deus. Isso foi se mantendo por vários anos até que o Cristianismo vem e modifica um pouco esse processo. Ainda hoje encontramos vários obstáculos dentro de todo esse processo mais evoluímos muito através de pessoas que de alguma forma encontraram a necessidade de se reconhecer esses indivíduos como seres igual a cada um de nós.

Observou-se que a inclusão desde o seu início sempre lutou contra a separação ou diferenciação feita pois isso já vinha no longo da história e ao que parece ainda segue já que hoje os documentos de inclusão ainda dizem que a criança com necessidades especiais deve ser matriculada preferencialmente no ensino regular, isso nos leva a pensar que ainda temos resquícios de uma discriminação já que a própria lei está dando abertura pra isso. Apesar disso, o documento Estatuto da

Pessoa com Deficiência, vem para nos acender um alerta, mostrando e deixando claro em seu principal objetivo de apagar qualquer barreira, ou seja a partir de agora a deficiência estará literalmente em quem vê, e é quem vê que deverá reconstruir essa visão pois a deficiência não está na dificuldade do outro mais sim em nós que vemos, já que nós estamos vendo vamos concertar, adaptar, incluir porque como seres humanos todos somos iguais se ele em algo é diferente, alguma coisa esta errada por tanto nós vamos igualar isso.

Para uma melhor Educação onde o amor esteja presente, onde tenhamos o sentimento de igualdade, onde eu sou igual a você e você é como eu, claramente teremos isso no dia em que a Inclusão tenham todos os seus objetivos atingidos, perto de tudo o que já vimos, não falta muito mas ainda falta portanto ainda temos o que melhorar para termos não só uma educação mais amorosa mais principalmente um mundo cheio de afetividade.

A busca de uma literatura que trouxesse a história da Educação Especial é de grande importância para trabalhos futuros.

Uma das maiores dificuldades é encontrar o preconceito e a discriminação pois não se assume simplesmente somos, mas nunca vai se assumir até porque trabalhamos com isso. Outra questão é que em algumas situações ainda devemos cuidar até do que digitamos para que não leve o outro a pensar no preconceito.

Descobrir que mesmo nos tempos de hoje, ao analisar tudo o que fizemos, que a Inclusão não está longe é um grande presente, temos muito o que fazer, na certeza que estamos no caminho para encontrarmos uma sociedade principalmente de igualdade.

## REFERÊNCIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006).
- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002 a. (Ago/2002).
- ADDISON E. E. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade**. Florianópolis, 2003. 152 p. Dissertação de mestrado. – Mestrado em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2003.
- ALVES, Fátima, **Inclusão muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**, Rio de Janeiro, Wak, 2009.
- AMARAL, R. do. **O que é uma cidade**. Artigo disponível em <<http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm>> Acesso dia 19 de agosto 2005.
- AMPID, GUGEL Maria Aparecida, **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Artigo disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)> Acesso em 05 de Maio de 2020.
- BANTI, M. de L. C. **Hábito: Um Texto de Charles Sanders Peirce**. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 1996.
- BRASIL ESCOLA, JACOMELI Renan Bezerra, **A Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular**, Disponível em <<https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com-necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm>> 1997, Acesso em 18 de Maio de 2020
- GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002. Disponível em: < [http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) > Data de acesso: 14 de out. de 2019.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira, **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**, São Paulo, Cortez, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.

PEPSIC, PACHECO & OLIVEIRA Wellem dos Santos, Marinalva, **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras**, Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212011000300002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212011000300002)> 2011, Acesso em 23 de Maio de 2020.

PIAANI Luciana, SILVA, Rosemary Cristina,VELLO Suzelei Faria , HAYASHI Maria Cristina Piumbato Innocentini, **A Arte da pesquisa bibliográfica pelo conhecimento.**2012.Pagina Inicial disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf> 28 Acesso em 08 de Maio de 2020

SMITH, Débora Deutsch, **Introdução á educação especial ensinar em tempos de inclusão**, Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA Joelma, **6 Dicas para garantir a inclusão na escola.** In. Revista Nova Escola. Disponível em <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1804/blog-na-direcao-certa-6-dicas-para-garantir-a-inclusao-na-escola>> 2017, Acesso em 30 de Maio de 2020.

STAINBACK, Susan, **Inclusão: um guia para educadores:** Tradução: Magda França Lopes, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, **Leis atuais priorizavam a matrícula na rede regular de ensino, mas política nacional sobre o assunto está em discussão no MEC,** <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao>>, 2020, Acesso em 04 de junho de 2020.

UFSM, **A História da Educação Especial**, Artigo disponível em <[http://coral.ufsm.br/edu.especial.pos/unidadeA\\_fund.html](http://coral.ufsm.br/edu.especial.pos/unidadeA_fund.html)> Acesso em 14 de Maio de 2020